GUARATINGUETÁ E A INQUISIÇÃO

> "A Inquisição, órgão para-eclesiástico e para-estatal, vigia no Reino desde o século XVI. A cavaleiro do Trono, que tivera a iniciativa de instalá-la, independente muitas vezes da própria Igreja, tinha suas estruturas e quadros, e zelava pela homogeneidade da crença aquem e além mar". (1)

Mesmo se achando sob a jurisdição do Tribunal do Santo Ofício de Lisbôa, o Brasil não viveu com muita intensidade os rigo



res da Inquisição. Em nossas terras não foi sequer instalado um Tribunal local. Tais fatos não significam que a Igreja tenha deixado de aqui exercer intenso controle, feito por um corpo de agentes que era formado por Comissários, Qualificadores, Visitadores das Naus e Livrarias, Notários e Familiares. Conforme era exigido de todos os membros do Tribunal, os Familiares, como os Comissários, também deveriam ter posses, saber ler e escrever e, necessariamente, ser "limpos de sangue, sem raça de mouro, judeu ou infiel, de índio, negro ou mulato". Essa mesma exigência se entendia aos avôs paternos e maternos, à esposa, e mesmo às mulheres com quem eventualmente tivessem tido qualquer aventura.(2). Deveriam, ainda, saber guardar segredo, trajar com dignidade e adequação, havendo um processo minucioso para a apuração de tais circunstâncias.

Presente em todo o Brasil, o Santo Ofício também chegou a Guaratinguetá.

Em 1727, era habilitado em Lisbôa, na qualidade de Familiar da Inquisição em Guaratinguetá, o cidadão Manuel Antunes Fialho.Português de nascimento mas aqui residente era solteiro e homem de negócios.(3)

No Livro de Tombo da Matriz estão registradas as visitas que o Santo Ofício fez a Guaratinguetá por seus Comissários, como o Cônego Luiz Teixeira Leyras. Chegando de São Paulo em 1761, declarou-se o Cônego escandalizado com a união que encontrou entre o profano e o sagrado em Guaratinguetá.

Entre muitas exigências e recomendações que previam penas e multas violentas, determinava a Inquisição, por exemplo, que "debaixo da pena de excomunhão maior,nenhuma pessoa, exceto os Cavaleiros do Hábito de Cristo e os que para isso tiverem previlégio, entre nas Igrejas com esporas e que nenhuma mulher vá às mesmas igrejas de saia tão alta

que lhe apareçam os artelhos dos pés e com as saias à maneira de degraus de sepulcros aparecendo mais interior, nova moda que, com escândalo de toda a modéstia e honestidade tem entretido o demônio", diz o Livro Tombo da Matriz(4)

O português Padre Francisco da Costa Moreira, que era morador em Guaratinguetá, foi um dos 136 Comissários que o Tribunal de Lisbôa habitou no Brasil. Foi sua a solicitação para o cargo, porque "não há Comissário dentro da Comarca".

Habilitado em 1800, tinha então o Padre Francisco 36 anos e era o Vigário Colado da Matriz de Santo Antonio. Tinha muitas posses em sua terra natal, sendo proprietário de fazendas, casas e escravos em Guaratinguetá, onde também era senhor de engenho"(5). Era, ainda, "Vigário da Vara da Vila e toda sua Comarca", que tinha "70 léguas de âmbito, compreendendo 25 mil almas". O processo de habilitação do Padre Francisco da Costa Moreira, com muitas informações sobre o habilitando e sobre a sua família, revela que o Padre trouxera consigo, de Portugal, um casal de filhos naturais menores, Lourenço e Magdalena Thereza. Esse fato não se constituiu em empecilho para sua nomeação. A Inquisição apurava apenas o que não toleraria - não a existência de filhos - mas sim a impureza do sangue de mãe . Os resultados devem ter sido favoráveis, pois o fato não foi considerado impedimento para a obtenção do que o padre solicitava". (6)

Em Guaratinguetá, sua filha Magdalena Thereza veio a se casar em 1808 com o Tenente Francisco José Nogueira, político, senhor de engenho e cafeicultor. Desse casal resultaram inúmeros descendentes, entre os quais se inclue a autora desta pesquisa. Quanto a Lourenço da Costa Moreira, depois de ordenado padre, viria a ser fundador de Itajubá Nova de que, com seus vários filhos, foi um dos povoadores. (7)

Com o Padre Francisco, Comissário do Santo Ofício, além de seus fi-

lhos vieram outros parentes de Portugal, destacando-se o futuro Capitão de Nalta, João de Araujo Lima, e ainda Manuel da Costa Pinto, mais tarde Vigário da Vara de Guaratinguetá entre 1818 e 1847. Consta que "causou grande impressão na Vila de Guaratinguetá a chegada desta família desembarcada em Paraty. Uma escrava, testemunha do acontecimento, relata a sensação provocada pelos luxuosos trajes das jovens, trazendo na barra das saias bordados de renda de mais de dois palmos de altura e ataviadas com custosas correntes, em uma demostração de opulência e requinte"(8).

A nomeação do Padre Francisco como Comissário do Santo Ofício em Guaratinguetá se deu quando a Inquisição já entrava em declínio. Mesmo assim, a área que inclui o Vale do Paraíba, Minas Gerais e Paraty, seguramente por suas riquezas, pelo surgimento de novas vilas, por seu intercâmbio com Portugal e ainda, por seu relacionamento com cristãos-novos, tanto brasileiros como portugueses, continuou sofrendo grande controle do Santo Ofício (9). Por essa razão, apesar do abrandamento da Inquisição, foram ainda abertos novos processos, não em Guaratinguetá, mas em Taubaté e Pindamonhangaba. São eles que hoje nos fornecem valiosos informes sobre os usos e costumes de então e sobre as exigências do Santo Ofício, constituindo-se em valiosa fonte de pesquisa da história religiosa, social e econômica da região.

THEREZA REGINA DE CAMARGO MAIA

BIBLIOGRAFIA

1- SIQUEIRA, Sônia A. Inquisição Portuguesa e a sociedade colonial S.Paulo. 1978. 2- SIQUEIRA, Sônia A. A presença da Inquisição no Vale do Paraíba. Universidade de Taubaté. Instituto de Estudos Brasileiros - Taubaté. 1987 p. 53. 3- Idem p. 54. 4- HERRMANN, Lucila - Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num período de Trezentos. Universidade de S.Paulo. Revista da Administração. Março-Junho de 1948. p. 46 e 47. 5-MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de Guaratinguetá (1733-1972) 2ª parte. p. 559. 6- SIQUEIRA, Sônia A. A presença da Inquisição no Vale do Paraíba. p. 61. 7 e 8 - MOURA, C.E. Marcondes de - Opus cit p. 559. BROMBERG, Rachel Mizrahi - Trajetória de vida de um capitão mor na Colonia. Miguel Telles da Costa e a Inquisição. Dissertação de Mestrado. USP. Depto. de História. S.Paulo. 1981.

OUTRAS FONTES

-Inquisição - 1º Congresso Internacional. Lisbôa. S.Paulo. 1987. Universidade de S.Paulo.

-WIZNITZER, Arnold - Os Judeus no Brasil Colonial. Editora da Universidade de S.Paulo. 1966.

- NO DESENHO, a Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá, em aquarela de Thomas Ender em 1817, ainda no tempo da Inquisição, que foi extinta por portaria da Regência no ano de 1821.